



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**CEP: 29.500-000 – ALEGRE – ESPÍRITO SANTO**

**LEI Nº 2.847/2007**

**Celebra Termo de Confissão de Débitos Previdenciários e Acordo de Parcelamento com o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE - IPASMA, e dá outras providências.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre Estado do Espírito Santo aprovou, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art 1º - Realiza Termo de Confissão de Débitos Previdenciários e Acordo de Parcelamento com o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE - IPASMA, no valor de:**

a) R\$ 122.344,32 (cento e vinte e dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos) que, atualizado até abril de 2007, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação IBGE, monta em R\$ 160.009,11 (cento e sessenta mil, nove reais e onze centavos), correspondente às contribuições patronais previdenciárias, devidas e não repassadas tempestivamente ao RPPS até dezembro de 2004, referente às competências de agosto a dezembro de 2003 e janeiro a dezembro de 2004.

b) R\$ 56.330,13 (cinquenta e seis mil, trezentos e trinta reais e treze centavos) que, atualizado até abril de 2007 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação IBGE, monta em R\$ 73.208,11 (setenta e três mil, duzentos e oito reais e onze centavos) correspondente às contribuições previdenciárias descontadas dos segurados, devidas e não repassadas tempestivamente ao RPPS, referente às competências de março a dezembro de 2004.

**Art 2º - O parcelamento e pagamento da dívida supracitada far-se-á mediante a celebração do termo de confissão e acordo de parcelamento de débitos previdenciários, obedecidas às regras do art. 32, da Orientação Normativa SPS nº 01, de 23 de janeiro de 2007, observando-se o seguinte:**

I. a dívida de que trata a alínea “a”, do art. 1º, será parcelada em 240 (duzentos e quarenta) meses, sendo o valor da prestação de R\$ 1.131,73 (um mil, cento e trinta e um reais e setenta e três centavos), acrescida da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC;

II. a dívida de que trata a alínea “b” do art. 1º será parcelada em 60 (sessenta) meses, sendo o valor da prestação de R\$ 1.409,91 (um mil, quatrocentos e nove reais e noventa e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
CEP: 29.500-000 – ALEGRE – ESPÍRITO SANTO

um centavos), acrescida da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

**Art 3º** - Para amortização da dívida, nos termos desta Lei, será utilizada a seguinte dotação do orçamento do município: 004001.288430582.068 – Amortização e encargos da dívida contrato; e, 469071000 – Principal da dívida contratual resgatado – Ficha 0036.

**Art 4º** - O Poder Executivo consignará nos orçamentos futuros, durante o prazo do parcelamento estabelecido no artigo 2º desta lei, dotações suficientes à amortização da dívida.

**Parágrafo Único:** Fica autorizada a retenção mensal e automática no Fundo de Participação dos Municípios – FPM, em favor do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE - IPASMA**, dos valores apurados na presente Lei.

**Art 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art 6º** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal 2708/2006.

Alegre - ES, 18 de maio de 2007.

**Dr. Djalma da Silva Santos**  
Prefeito Municipal